

IGREJA COMO PARTIDO

a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos

Claudia Cerqueira ⁽¹⁾ 

E-mail: claudiacerqn@cebrap.org.br

(1) Pós-doutoranda no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo - SP – Brasil.

DOI: 10.1590/3610703/2021

Para replicação dos dados, ver: DOI: 10.48331/scielodata.PUAJ1J

Introdução

Os países latino-americanos passaram por transformações substanciais na afiliação religiosa ao longo do século XX. O predomínio do Catolicismo na região tem sido desafiado pelo aumento do número de indivíduos sem religião e, principalmente, pela expansão do Evangelismo. O Brasil tornou-se um caso ilustrativo dessa recente transformação. Tendo herdado o catolicismo como religião oficial do Estado – mantida como tal até a Constituição de 1891 –, os católicos constituíam 91,8% da população brasileira em 1970. Nas últimas décadas, no entanto, o país testemunhou um declínio acentuado no número de católicos, acompanhado por um crescimento de outros grupos, principalmente evangélicos e religiosos “não praticantes”. Em 2010, não mais

do que 64,6% dos brasileiros se descreveram como católicos, enquanto 22,2% se identificaram como evangélicos e 8% afirmaram não ter afiliação religiosa (Censo Demográfico, IBGE, 2010). Em dezembro de 2016, de acordo com uma pesquisa nacional do Datafolha, o percentual de brasileiros identificados como evangélicos chegou a 29%.

A expansão do protestantismo na América Latina e no Brasil foi, em grande medida, um produto do pentecostalismo (Mariano, 2004). Tal expansão teve consequências importantes, e uma clara implicação dessa mudança é a representação política, que gradualmente se tornou *locus* de atuação de atores religiosos, evidenciados pela criação de novos partidos políticos religiosos ou blocos parlamentares (Borges, 2007). Desde a década de 1980, a mobilização política evangélica no Brasil vem crescendo e, portanto, ganhando atenção acadêmica e da mídia. Inicialmente avessos à política, os evangélicos¹ entraram na arena política em 1989 e mudaram sua lógica de

Artigo recebido em: 31/07/2020

Aprovado em: 11/01/2021

“crente não se mete em política” para “irmão vota em irmão”. Esta decisão foi, em parte, motivada por seu medo de perseguição religiosa em caso de vitória eleitoral da esquerda representada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que contava com o apoio da ala esquerda da Igreja Católica (Pierucci & Mariano, 1992; Tuñón, 2017).

A presença evangélica foi sentida notavelmente no poder legislativo, com o crescimento do número de evangélicos eleitos para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias estaduais. Hoje, a significativa presença de evangélicos na política – no Congresso, bem como nos legislativos estaduais e conselhos locais – está bem estabelecida e se tornou uma das arenas mais importantes em que esses atores religiosos defendem seus direitos e interesses.

Neste artigo, exploro como o maior expoente religioso na política brasileira, a Igreja Universal do Reino de Deus, instrumentalizou sua atuação política ao criar seu próprio partido, o Republicanos. Embora a relação entre a igreja e o partido não seja novidade, este artigo contribui com a escassa literatura que busca sistematizar a relação entre as duas organizações (Gutierrez, 2014, 2017), abordando a natureza das relações entre IURD e partido sob dois principais aspectos: i) a organização do partido e ii) a composição da liderança partidária. A principal hipótese desta pesquisa é que a IURD garante seu poder ao ocupar os principais postos da direção do partido, assegurando uma estrutura hierárquica partidária da mesma forma que ocorre em sua estrutura eclesiástica. Ao estabelecer a sua própria coalizão dominante, a IURD concentra o controle das zonas de incerteza mais vitais ao partido e, por conseguinte, detém a direção dos principais incentivos organizativos (Panebianco, 1988).

Ao ocupar cadeiras importantes na direção do partido, a IURD restringiria a formação de lideranças partidárias ao dispor majoritariamente de comissões provisórias no corpo organizativo do partido como forma de garantir centralização decisória.

Este artigo está dividido da seguinte forma: a primeira seção descreve brevemente a IURD, desde sua criação até estratégias de expansão (geográfica e de seus negócios). Nesta seção, apresento o tipo de governo eclesiástico adotado pela igreja. A segunda seção abrange a estratégia de filiação partidária

de uma igreja: quais os desafios encontrados e barganhas possíveis na negociação com partidos políticos. Os desafios inerentes de coordenar vários candidatos em partidos diversos, aliado a disputas de poder entre igreja e partido, além de interesses dissonantes, motivaram a IURD a criar seu próprio partido, o Republicanos. A terceira seção é dedicada a descrever a constituição e, na sequência, apresentar dados referentes à organização partidária e composição da liderança partidária no período de 2006 a 2019. Por fim, considerações finais serão tecidas à luz dos dados levantados.

Igreja Universal do Reino de Deus

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi fundada em 1977 no Rio de Janeiro. Juntamente com Igreja Internacional da Graça, Sara Nossa Terra e Renascer em Cristo, inaugura a terceira onda do evangelismo no Brasil – conhecida como “neopentecostalismo”². Entre seus fundadores estão figuras conhecidas como Edir Macedo, Romildo Ribeiro Soares, Carlos Rodrigues e Marcelo Crivella³. Ao longo de seus 40 anos, a IURD expandiu de forma acelerada, tornando-se a terceira maior denominação pentecostal em número de adeptos (IBGE, 2010). Em sua prodigiosa escalada, partiu de um cenário de menos de 270 mil adeptos no início dos anos 1990 para mais de 2 milhões na década de 2000. Estabelecido este novo patamar, a Universal empenhou esforços para expandir internacionalmente – hoje conta com templos distribuídos em 200 países—, além de ampliar e reforçar seus negócios midiáticos – a TV Record, por exemplo, encontra-se em segundo lugar no *ranking* de audiência da TV aberta⁴. Atualmente, a IURD parece estar “reposicionando sua marca” ao investir na desassociação do termo “igreja” contido em seu nome, passando a referir-se como “A Universal”. Ainda assim, conforme Tabela 1 abaixo, é a 3ª maior igreja desse segmento religioso no Brasil em número de fiéis.

A expansão da Igreja Universal não se limitou aos serviços religiosos: também foi construído um poderoso conglomerado de empresas que atua em diversas frentes – de canal de TV a fábrica de bancos para templos, até associações beneficentes. Conhecida

Tabela 1
Principais igrejas pentecostais em número de fiéis

Igrejas pentecostais	1991	%	2000	%	2010	%
Assembleia de Deus	2.439.770	29.8	8.418.154	47.5	12.314.410	48.5
Congregação Cristã do Brasil	1.635.985	20	2.489.079	14	2.289.634	9
Igreja Universal do Reino de Deus	268.955	3.3	2.101.884	11.9	1.873.243	7.4
Igreja do Evangelho Quadrangular	303.267	3.7	1.318.812	7.4	1.808.389	7.1
Deus é Amor	169.343	2.1	774.827	4.4	845.383	3.3
Igreja Maranata	64.578	0.8	277.352	1.6	356.021	1.4
Outras	3.297.768	40.3	2.353.369	13.3	5.883.404	23.4
Total de pentecostais	8.179.666	100	17.733.477	100	25.370.484	100

Fonte: IBGE. 2010

na literatura por seu “modelo de gestão e organização denominacional de molde empresarial” (Oro, 2003; Mariano; 2004, 2007; Fonseca; 2008), a Universal destaca-se das outras denominações neopentecostais por se tratar de uma igreja cujo dirigente tem grande habilidade empresarial⁵. Toda a habilidade de Macedo, contudo, poderia ser ineficaz caso não fosse reforçada por uma estrutura organizacional extremamente hierarquizada e centralizada em sua figura.

O padrão eclesiástico episcopal adotado pela Igreja Universal garante a autoridade de Edir Macedo, seu principal idealizador e fundador, além de aprofundar a verticalização do sistema iurdiano. A hierarquia piramidal da Universal, composta por bispos regionais, comissões responsáveis por assuntos específicos e pastores regionais e locais, reverbera na divisão do trabalho religioso e alto grau de centralização. O bispo Macedo delineou o sistema iurdiano de forma que nenhuma das camadas desta hierarquia seja capaz de intervir em suas decisões, preservando sua autoridade. Os pastores, grau mais baixo na hierarquia da igreja, não têm autonomia, devendo sempre se reportar aos bispos. A centralização do poder garante maior controle e um bom funcionamento do sistema iurdiano – sujeito aos desígnios de seu líder.

O considerado marco histórico da entrada dos evangélicos na política⁶ se deu em 1986, quando das eleições para a composição da Assembleia Constituinte, que teve como finalidade a elaboração da nova Constituição pós-ditadura militar. Em 1989, sua participação foi intensificada pela “fobia anticomunista” dos pastores, que temiam que a eleição de Lula para

presidente fosse o início de uma perseguição à igreja evangélica (Pierucci & Mariano, 1992). O motivo pelo qual a comunidade se manifestou no momento da retomada da democracia foi o de assegurar a manutenção da liberdade religiosa no Brasil.

Hoje, sua presença significativa no Congresso – bem como nos legislativos estaduais e conselhos locais – permite que os políticos evangélicos reformulem os regulamentos que se aplicam às organizações religiosas (Smith, 2018; Boas, 2013, 2014; Boas & Smith, 2013). A presença de evangélicos na política está bem estabelecida e se tornou uma das arenas mais importantes em que esses atores religiosos defendem seus direitos e interesses – como instrução religiosa em escolas públicas, incentivos fiscais, leis de uso da terra e, especialmente, concessões de mídia (Cerqueira & Tuñón, 2019).

A mídia evangélica é, segundo Freston (1993), uma forma de massificar a religião, mas também um poderoso instrumento para projeção na política – ao mesmo tempo, a política é “o caminho para a posse dos meios de comunicação” (p. 146). Freston apurou que, entre 1987 e 1992, dentre os 49 evangélicos eleitos como deputados federais, 23 tinham vínculo com a mídia. Em 1989, após rodadas de negociações, Edir Macedo adquiriu a Rede Record por meio de intermediários. De acordo com Freston (1993), a aquisição de um veículo de mídia refletia tendências econômicas, uma vez que “impérios de mídia” tendem a se tornar *holdings* diversificadas; contudo, por ser este um ramo disputado entre a classe política, Macedo quis se proteger, e o fez principalmente de

duas formas: i) apoiando Fernando Collor de Mello e ii) envolvendo-se na política.

A entrada da IURD na política ocorreu de forma discreta: começou elegendo um pastor⁷ para a Assembleia Constituinte em 1986, além de três membros eleitos deputados federais em 1990 (e seis eleitos deputados estaduais). Logo tornou sua presença constante (e crescente) na Câmara. Inicialmente, a Igreja Universal tinha um portfólio político “diversificado”: apoiava candidatos de partidos diversos, além de lançar os seus próprios; ademais, os candidatos apoiados pela igreja encontravam-se distribuídos em diversos partidos (Oro, 2003; Fonseca, 2008).

A atuação da Igreja Universal foi se modificando ao longo dos anos. Se, à época da sua entrada na arena política, seu principal objetivo era blindar seus negócios midiáticos, este não foi o único motivo que os manteve ativos politicamente por todos esses anos. Dez anos depois de sua primeira eleição, em 1997, a Universal adotou o modelo corporativo de “candidatura oficial”. Desse momento em diante, lançaria apenas os seus próprios candidatos, assumindo um papel que até então era circunscrito aos partidos políticos, tornando-se pioneira entre as igrejas que similarmente lançam candidatos nas eleições.

O processo de definição dos candidatos iurdianos está afinado com a estrutura eclesial da igreja ao respeitar a hierarquia vigente. Em última instância, a decisão final é tomada pelo Bispo Macedo. A definição dos candidatos iurdianos passa pelo crivo i) dos bispos regionais, que são os primeiros a conhecer os dados provenientes do recenseamento realizado pelos templos de sua jurisdição; ii) do bispo responsável pela coordenação de assuntos político-eleitorais, escolhido por Edir Macedo; iii) até chegar aos dirigentes da igreja (Conselho dos Bispos), que têm a palavra final sobre quem serão os candidatos. Embora a seleção seja constituída de etapas, a escolha dos candidatos não é uma decisão democrática: esta é de inteira responsabilidade da cúpula, reflexo da estrutura piramidal da instituição (Oro, 2003; Fonseca, 2008)⁸.

Após a composição da lista, os candidatos escolhidos são submetidos a sessões de orientação do Conselho dos Bispos e contam com assessoria da equipe política, coordenada pelo bispo responsável. Este Conselho fica também a cargo da distribuição

geográfica e da filiação partidária desses candidatos, aspirando a maximização do potencial eleitoral de cada um (Oro, 2003; Fonseca, 2008). A estratégia a ser adotada depende do recenseamento realizado pela igreja. De posse dos dados eleitorais de seus fiéis, a IURD exerce o que Cox (1997) chama de “coordenação estratégica”: efetua cálculo do capital eleitoral, ou seja, uma estimativa do quociente eleitoral para computar quantos e quais seriam os candidatos viáveis – a maior expressão de sua atuação enquanto partido.

Embora a coordenação intrapartidária seja condição necessária para quem almeja sucesso no âmbito eleitoral, ela não é condição suficiente para tal. A competição interpartidária na corrida por uma cadeira exige que outras estratégias sejam adotadas, a fim de garantir a viabilidade do candidato. Por isso, a Universal também emprega esforços para transformar seus adeptos em eleitores. Para tanto, adota estratégia territorial de mobilização de eleitorado, em que cada templo é designado para realizar campanhas para um determinado candidato, distribuindo os candidatos em distritos distintos para que não disputem o mesmo território⁹ (Cerqueira, 2017). Além disso, a IURD utilizou de estratégia também na escolha das filiações partidárias de seus candidatos, distribuindo cuidadosamente os candidatos pelos partidos. Agora a igreja conta com seu próprio partido, o Republicanos, que atua como um instrumento para alcance de sua ambição política.

Estratégia de filiação partidária e distribuição de candidatos

A adoção do modelo de “candidatura oficial”, em 1997, representou um passo importante para o alcance dos objetivos político-eleitorais da IURD pois, ao decidir apoiar apenas seus próprios candidatos, a igreja cristalizou seu projeto político. Desse ano em diante, a Universal deixou de ser uma instituição apenas “envolvida em política” e passou a compor a arena eleitoral como um *player* relevante¹⁰. Ao adotar essa estratégia, a igreja reduziu seus custos de transação, embora não os tenha eliminado: deixou de negociar possíveis apoios a candidatos avulsos, aumentando

sua responsabilidade em articular com partidos a candidatura de seus escolhidos.

Como a lei eleitoral do Brasil não permite candidaturas avulsas (i. e., sem filiação prévia a um partido político), é preciso que indivíduos se filiem a um partido a fim de lançarem-se eleitoralmente. O papel da igreja, neste caso, consiste em sistematizar a entrada de seus candidatos em um (ou mais) partido(s). A escolha dos partidos não é tarefa trivial, visto que precisa considerar fatores como a aderência do perfil dos candidatos com o perfil do partido, a abertura do partido em termos de divisão interna de poder (entre os dirigentes do partido e os dirigentes da igreja), disputa intrapartidária, dentre outros. A disputa intrapartidária é um fator que merece destaque, pois encaixar um candidato na lista de um partido requer que outro candidato seja retirado, gerando um conflito de interesses. É esperado que o partido exerça um papel fundamental na coordenação estratégica de seus candidatos, com finalidade de reduzir a competição intrapartidária e aumentar as chances de sucesso eleitoral (Cox, 1997; 1999; Cox & Thies, 1998). Assim, tanto a decisão acerca do número ótimo de candidatos e da composição da lista quanto a distribuição dos candidatos no território seriam formas de o partido coordenar seus candidatos.

A máxima “mais é melhor” não se aplica a este caso: os partidos políticos agem estrategicamente ao compor suas listas, limitando o número de candidatos viáveis lançados (Cox, 1997; 1999; Cheibub & Sin, 2014). Por “viável”, entende-se um candidato com capacidade de angariar uma grande quantidade de votos – logo, com chance de ser eleito. A definição da quantidade de candidatos viáveis na lista é uma função da magnitude do distrito e do quociente eleitoral. Quanto mais candidatos viáveis na lista, maior a incerteza enfrentada (Cheibub & Sin, 2014) sobre quem será eleito, e maior o grau de competição interna no partido. Quando ocorrem as alianças, é preciso que as organizações envolvidas estejam dispostas a negociar a lista a fim de evitar competições intrapartidárias. Por isso, a igreja precisa negociar, convencendo os partidos de que os benefícios trazidos por seu candidato serão mais vantajosos. A barganha da igreja consiste, *a priori*, no oferecimento da sua estrutura. O candidato da

igreja leva consigo uma base eleitoral previamente constituída pelos fiéis; a rede de templos, utilizados como locais de campanha; e seus próprios *brokers*, representados por seus pastores (Cerqueira, 2017; Prandi, Santos & Bonato, 2019) – todos fatores redutores de custos de campanha. Esta estrutura tem um preço: a igreja não aceita apenas lançar o candidato, ela também almeja poder de decisão dentro do partido (Warner, 2000; Baldwin, 2014).

O *trade-off* do partido, neste caso, consiste em renunciar parte de seu poder para conseguir ampliar sua margem de votos. O partido sabe que o apoio da igreja facilita o acesso aos fiéis; ademais, o incremento de votos gerado por esta base é um elemento de peso na tomada de decisão do partido receptor (Baldwin, 2014; Dancygier, 2014). Baldwin (2014) argumenta que os líderes políticos tendem a ceder poder para líderes de outras organizações como forma de obter apoio eleitoral. Contudo, a Universal tem agenda própria e um poder concentrado nos desígnios de Edir Macedo – o que pode causar conflitos de interesses entre partido e igreja. Partidos políticos e seus representantes têm seus próprios interesses, e estes podem ser muito mais diversos – ou divergentes – dos objetivos almejados pela igreja (Grzymala-Busse, 2015). Idealmente, seria necessário negociar, a fim de estabelecer um equilíbrio entre as partes. Uma vez feito o acordo com o partido, a igreja participa em decisões sobre distribuição geográfica das campanhas dos candidatos do partido, os arranjos das coligações, e assim por diante. O cenário começa a ficar complexo quando é preciso negociar com mais de um partido ao mesmo tempo e, posteriormente, coordenar os candidatos em diversas plataformas – principalmente se existem candidatos distribuídos em mais de um partido dentro do mesmo distrito eleitoral. Por isso, a igreja escolhia as legendas de forma minuciosa, de acordo com critérios como margem de negociação e de maximização de potencial de seus candidatos (Fonseca, 2008).

A despeito da IURD ter lançado candidatos em múltiplos partidos até a criação do Republicanos, em 2006, o Partido Liberal (PL) foi o aglutinador de candidaturas iurdianas (Machado, 2006; Fonseca, 2008). A IURD ocupou cargos no partido, como é o caso de Carlos Rodrigues (ex-Bispo da Universal), que foi presidente estadual do PL no Rio de Janeiro.

A aliança entre igreja e partido rendeu benefícios mútuos: segundo declarou Valdemar da Costa Neto (ex-presidente nacional do PL, atual PR)¹¹, o partido cresceu com a entrada da Universal. A declaração de Valdemar da Costa Neto elucida o sistema de ganhos mútuos com o acordo entre partido e igreja: de um lado, o partido pode contar com a estrutura oferecida pela Universal, além de obter acesso à sua base de fiéis. Ao concentrar a maior parte de seus candidatos em um único partido, o PL, a IURD diminui os seus esforços de coordenação e [o partido?] se beneficia da penetração territorial dessa agremiação em estados que, historicamente, são redutos da Universal. Com mais candidatos alocados em um só partido, era também mais fácil barganhar espaço dentro do partido – o que rendeu a Macedo um quinhão de poder dentro do PL. Contudo, após compor a chapa com o PT na eleição de Lula em 2002, o PL inflou de forma a não mais precisar do apoio da igreja.

Em 2005, o esquema do Mensalão foi deflagrado pelo então senador Roberto Jefferson e o PL foi apontado como um dos principais partidos envolvidos no escândalo. Aos poucos, a relação entre a IURD e o PL começou a esgarçar. Além dos escândalos envolvendo a legenda, o partido teve conflitos com a forte liderança de Macedo. Valdemar da Costa Neto declarou que os parlamentares iurdianos defendem os interesses da igreja, e não os interesses dos partidos aos quais estão filiados, evidenciando uma sobreposição da igreja em detrimento do partido (Oro, 2003). Em meio ao processo de ruptura com o PL, a IURD deu um passo adiante e articulou a criação de seu próprio partido. O Bispo Carlos Rodrigues foi apontado por reportagem da Folha¹² como um dos organizadores do Partido Municipalista Renovador (PMR) – que viria a se chamar Partido Republicano Brasileiro (PRB) e, posteriormente, Republicanos –, em 2003. Crucial para a desvinculação de seus candidatos aos escândalos de corrupção, a formação do partido também parece alinhada com a decisão da igreja de lançar seus próprios candidatos, agindo em prol de seus próprios interesses sem precisar medir forças com outros caciques partidários. Carlos Rodrigues, além de bispo licenciado, era o principal responsável pela coordenação eleitoral dos candidatos iurdianos. Após a sucessão de envolvimento em escândalos de

corrupção, foi decisão da igreja afastar Rodrigues das atividades políticas e do próprio cargo de bispo. O projeto de partido, contudo, teve continuidade.

Republicanos – o “braço político da Universal”

O primeiro registro do partido no TSE data de 2003, ainda com o nome de Partido Municipalista Renovador (PMR), momento em que a organização deu entrada em sua proposta de estatuto no TSE¹³. O advogado e pastor da Universal, Vitor Paulo Araújo dos Santos, consta como redator do estatuto e requerente dos pedidos junto aos órgãos responsáveis. Para ser deferido como partido pelo Tribunal, era necessário atingir a cota de assinaturas exigidas pelo TSE¹⁴. O partido demorou quase três anos para coletar assinaturas, mesmo com ajuda da igreja – segundo a mesma reportagem, as assinaturas foram colhidas nas portas dos templos da Universal, sempre após os cultos,

No ano seguinte, Santos requereu registro provisório do PMR em dois Tribunais Regionais Eleitorais – nos estados de São Paulo e Roraima, mas foi somente em 2005 que o TSE deferiu o pedido, sendo o registro definitivo outorgado no mesmo ano. Em 2006, após sugestão do vice-presidente José Alencar (ex-PL, posteriormente filiado ao PMR) durante a Convenção Nacional do partido, o PMR passou a se chamar Partido Republicano Brasileiro - PRB (Gutierrez, 2017); em 2019, o partido muda novamente seu nome, passando agora a ser “Republicanos”. O primeiro pleito do Republicanos¹⁵ ocorreu no ano de 2006.

Em sua primeira disputa eleitoral, o Republicanos parecia estar em fase experimental: concorreu em dez estados¹⁶ com 80 candidatos – a maior parte deles no Rio de Janeiro (21 candidatos a Deputado Estadual, dez para Deputado Federal, um para Governador e um para Senador) e em Roraima (19 candidatos a Deputado Estadual e um para Federal). Ao final do pleito, obteve o positivo resultado de três deputados estaduais e um federal eleitos – 5% do total de candidatos lançados. Na eleição seguinte, em 2008, o partido foi mais ousado: lançou candidatos em todos os estados, totalizando 189 proponentes disputando vagas para prefeito (dos quais elegeu 54),

e 6.180 concorrendo a cargos de vereador (com saldo de 436 eleitos). Eleição após eleição, o Republicanos aumentou significativamente seu quadro de candidatos e, conseqüentemente, seu número de eleitos, conforme apresenta na Tabela 2:

O Republicanos vem ganhando espaço e notoriedade no cenário político brasileiro. Especialmente nos municípios do Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), redutos da Igreja Universal, devido a seus candidatos mais expressivos: Celso Russomanno (SP) e Marcelo Crivella (RJ). Russomanno, apresentador de TV e defensor dos direitos do consumidor, construiu uma trajetória política desvinculada do Republicanos, até filiar-se ao partido em 2011. Em 2014, o deputado federal foi reeleito com mais de 1,5 milhão de votos no estado de São Paulo (segunda maior votação da história das eleições brasileiras). Já Crivella, atual prefeito do Rio de Janeiro, é membro da IURD, cantor gospel, bispo licenciado e sobrinho de Edir Macedo. Sua história se confunde com a história da igreja, e sua carreira política está inteiramente vinculada à trajetória política da instituição religiosa. Crivella e Russomanno são, cada um à sua maneira, “puxadores de voto”; mas é certo que sua presença nas eleições também aufere visibilidade ao partido.

Enquanto Crivella é reconhecido por sua filiação religiosa, Russomanno afirma ser Católico praticante. A atitude de Russomanno condiz com uma prática comum a indivíduos ligados tanto à Igreja Universal

do Reino de Deus quanto ao Partido Republicano Brasileiro. Ao serem interpelados pela mídia, é comum que membros afirmem categoricamente que não há associação entre estas duas instituições¹⁷. Este comportamento pode ser explicado por meio de dois diferentes aspectos. Um desses aspectos é de índole normativa e diz respeito ao caráter secular do Estado e ao livre mercado religioso praticado no Brasil. Desvincular o partido da IURD é uma forma de respeitar a separação entre Igreja e Estado, por vezes, pautando a justificativa no direito de liberdade religiosa, em que cada membro do partido professa sua própria fé, e toda e qualquer religião é aceita dentro do partido¹⁸ – desde que professada de forma privada pelos indivíduos. Sob o aspecto estratégico (que surge a partir da competição do mercado religioso), ao se posicionar dessa forma, o Republicanos se preserva de possíveis prejuízos eleitorais ocasionados por eleitores não simpatizantes da IURD que poderiam boicotar os candidatos da legenda, ou mesmo esta poderia ser vinculada à ideia de um partido evangélico – o que, conforme já discutido por Borges (2007), não é factível¹⁹. A Igreja Universal orienta seus candidatos a cargos majoritários a não utilizarem títulos eclesiais como nome de urna ou para campanhas em geral; como majoritários precisam de mais votos para serem eleitos, essa estratégia visa assegurar que sua filiação religiosa não interfira em sua votação.

Tabela 2
Evolução do quadro de candidatos do Republicanos - por eleição:

Cargo	2006		2010		2014		2018	
	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos
Dep. Estadual	58	3	423	18	431	32	532	42
Dep. Federal	20	1	168	8	242	21	252	30
Senador	1	-	3	1	1	-	8	1
Governador	1	-	-	-	1	-	-	-
Presidente	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	80	4	594	27	675	53	792	73
Cargo	2008		2012		2016			
	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos
Vereador	6180	436	12416	954	16401		1620	
Prefeito	189	54	300	78	422		106	
Total	6369	490	12716	1032	16823		1726	

Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do TSE.

Mesmo negando seu envolvimento, já é conhecida a relação entre igreja e partido. A mídia brasileira explora esta relação desde a criação do partido, propagando a ideia de que o Republicanos é o partido da Universal. De fato, não é preciso ir muito a fundo na estrutura das instituições para identificar vínculos entre IURD e Republicanos. Os próprios documentos de fundação do partido (disponibilizados pelo TSE) indicam que a Universal constitui o cerne do Republicanos. Contudo, ainda não foram discutidas pela literatura, tampouco pela mídia, as formas pelas quais a IURD opera dentro do partido. Neste artigo, argumento que a Universal opera seu partido à sua “imagem e semelhança”, ou seja, utilizando a mesma estrutura centralizada e hierarquizada a fim de garantir que o poder decisório se mantenha nas mãos da cúpula do partido que, não obstante, é composta por membros da IURD. Para dar suporte ao meu argumento, apresento dados sobre a estrutura partidária e sobre a composição da cúpula do partido em níveis nacional e estadual. Ao utilizar as tipologias propostas por Panebianco (1988) e Guarnieri (2009; 2011), argumento como o tipo de organização determina a fisionomia do partido. É a partir dessa lógica que aproximo a estrutura centralizada da IURD com a estrutura do partido.

Organização partidária

Os partidos políticos são atores fundamentais nas democracias representativas, por serem os principais canais de participação política e representação, ajudando a traduzir demandas populares em iniciativas legislativas, e os responsáveis pela escolha dos candidatos que têm chance de ser eleitos (Scarrow, 2005; Hazan & Rahat, 2010; Scarrow et al., 2017). Após as eleições, os partidos têm ainda o papel de manter a coesão entre seus candidatos eleitos (especialmente na arena legislativa) a fim de garantir que as escolhas feitas pelos eleitores se traduzam em decisões na esfera pública. A disciplina partidária reflete também o grau de adesão e lealdade dos candidatos selecionados às decisões do partido.

A escolha dos candidatos, atividade imprescindível para qualquer partido político, é fruto da tomada de decisão intrapartidária – por conta das restrições,

influência e poder que podem ser exercidos pelos candidatos e pelo próprio partido na arena política (Katz, 2001). Além da seleção de candidatos, o partido precisa ainda tomar uma série de decisões sobre como será sua estrutura partidária, quem serão seus dirigentes, qual o grau de autonomia e democracia interna a ser adotado etc. Como as escolhas dos partidos são consequentes, para que seus interesses e ideias sejam representados, as organizações dos partidos podem ser arenas para disputas internas, com diferentes facções competindo internamente (Scarrow, 1996; 2005; Guarnieri, 2009; Scarrow et al., 2017). Por esse motivo, uma análise sobre a estrutura e organização partidárias aponta para o modo de operação dos partidos e distribuição interna de poder²⁰.

Todo partido político dispõe de uma estrutura partidária que, reflexo de seu conjunto de decisões, implica no modelo de organização adotado; este, por sua vez, indica como se dá a distribuição interna de poder no partido. A estrutura partidária é constituída pelo conjunto de regras e processos internos, além dos órgãos i) de deliberação (convenções nacional, estadual, municipal e zonal), ii) de direção e ação partidária (diretórios, comissões executivas nacional, estadual e municipal, comissões provisórias), iii) de ação parlamentar (bancadas parlamentares nas Câmaras e no Senado), e iv) auxiliares (conselho de ética e conselho fiscal) (Guarnieri, 2009).

Com relação à sua estrutura decisória, é possível dizer que, ao menos teoricamente, os partidos se organizam “de baixo para cima”, de forma descentralizada. A base dessa pirâmide seriam os diretórios – órgãos de administração partidária, presentes nos níveis locais, cuja direção é composta por membros filiados –, enquanto a maior instância decisória seria a Convenção Nacional. Dessa forma, a decisão seria tomada em nível local (municipal, estadual), discutida entre as diferentes esferas e, fruto de negociação, “subiria” até se tornar uma decisão crivada pelas instâncias superiores do partido. Esse “tipo ideal” de estrutura implica um grau de autonomia entre os órgãos de diferentes esferas, além de pressupor processos internos mais democráticos.

Nem sempre, contudo, esse modelo é aplicado na prática. De acordo com Panebianco (1988), os recursos de poder dos partidos tendem a ficar

nas mãos de grupos restritos, geralmente as elites dirigentes partidárias, que o autor chama de “coalizões dominantes” – compostas por agentes internos ou externos à organização – que controlam as zonas de incerteza²¹. Mas é a organização do partido que dita se essa coalizão dominante mantém o controle sobre as zonas de incerteza de forma concentrada ou dispersa. Assim, se uma coalizão dominante coesa deseja impor seus próprios objetivos, a organização partidária é o meio pelo qual essa elite pode alcançar seu propósito.

Assim, argumento que a estratégia de controle da igreja sobre o partido se dá por meio da sua organização partidária, conforme elaboro nas hipóteses que se seguem:

1. A coalizão dominante do Republicanos é composta pela cúpula da igreja.

De acordo com Panebianco (1988), o poder organizativo do partido não emana necessariamente de membros internos, podendo ser fruto do controle de instituições externas ao partido. Argumento que o poder organizativo do Republicanos é proveniente da IURD, originalmente uma instituição externa, mas que se encontra imiscuída no partido, uma vez que a cúpula da igreja ocupa cargos de direção na alta cúpula do Republicanos.

Uma vez que a elite partidária é composta por membros da igreja, e dado o caráter hierárquico e extremamente centralizador da IURD, argumento que esta estrutura é reproduzida no partido. Scarrow (2005) aponta que a distribuição interna de poder pode ser analisada a partir de variáveis como inclusividade de atores e centralização da tomada de decisão, uma vez que ambas ajudam a descrever as maneiras pelas quais partidos/grupos controlam o acesso a tarefas-chave e às tomadas de decisão internas. Uma forma de garantir que não haja diluição do poder consiste em evitar que este seja distribuído entre os órgãos de diferentes esferas, evitando a existência de caciques e poderes locais cujos interesses e lealdade não sejam aderentes aos da coalizão dominante.

2. Estrutura composta por comissões provisórias (CPs) reforça concentração de poder da coalizão dominante.

Embora comuns no cenário partidário-eleitoral brasileiro, as Comissões Provisórias podem funcionar

como uma estratégia partidária. A escolha entre estabelecer um diretório ou manter uma CP é função do quanto o partido exerce ou pretende exercer controle sobre as decisões estratégicas e as disputas internas (Guarnieri, 2011). Partidos constituídos por uma elite coesa preferirão manter suas CPs ao invés de distribuir diretórios para outros líderes.

As próximas seções apresentam levantamento da estrutura partidária e da composição da alta liderança do Republicanos, utilizando as hipóteses acima como balizadoras para demonstrar que a Igreja Universal faz uso da estrutura e da organização partidária para operar o Republicanos.

Estrutura partidária

As Comissões Provisórias foram instituídas pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), em 1971²², com intuito de permitir que partidos sem diretórios pudessem, ainda assim, lançar candidatos onde lhes faltasse órgãos de direção. Mas essas também têm um papel importante no momento da criação do partido: de acordo com a Lei nº 9.096/95 e a Resolução nº 23.465/15 do TSE, a instituição tem um ano para realizar as convenções e estabelecer diretórios em pelo menos 9 estados brasileiros. As comissões, nomeadas pelo alto escalão do partido, são responsáveis pela realização das convenções e, posteriormente, pela criação dos diretórios (Guarnieri, 2009). Essa transição de comissão provisória para diretório é o ponto crucial na determinação do tipo de organização do partido.

No Brasil, a maioria dos partidos teve seu início na década de 1980. Com mais de 30 anos, seria esperado que partidos tivessem diretórios estabelecidos, e comissões provisórias (CP) em locais onde começam a estabelecer estrutura. Segundo Guarnieri (2009) e Mitio (2017), essa lógica parece ter sido invertida ao longo da última década, uma vez que, na média, os partidos mantêm mais CPs do que diretórios. Mitio (2017) mostra que, entre os sete maiores partidos²³, apenas o PT reduziu o número de comissões provisórias no período entre 2007 e 2015. De acordo com reportagem de O Globo, quase metade dos diretórios regionais dos dez maiores partidos se encontra em situação provisória²⁴. Segundo Guarnieri (2009),

a alta proporção de CPs é indício de estratégia da direção partidária.

É a partir desse argumento que faço um paralelo entre o tipo de estrutura partidária adotada e o grau de centralização na tomada de decisão de sua cúpula. Assim, é possível inferir que, quando a liderança partidária opta por manter suas CPs em detrimento da instituição de diretórios, maior é seu grau de centralização no processo de tomada de decisão do partido. A manutenção do baixo grau de autonomia dessas subunidades é um mecanismo de controle por parte da elite partidária.

Utilizo dados sobre organização partidária entre os anos de 2006 e 2016, provenientes do TSE, para analisar a estrutura do partido. Os dados sobre organização partidária mostram que a estrutura do Republicanos é constituída por apenas uma Comissão Executiva e um Diretório Nacional, enquanto é predominantemente composta por comissões provisórias. Esse é o primeiro e mais significativo resultado desta análise: após mais de dez anos desde

sua fundação, o Republicanos continua utilizando-se de CPs como estrutura partidária.

A Tabela 3 apresenta um panorama da estrutura partidária do Republicanos utilizando os seguintes indicadores: número de municípios com presença do partido, número de diretórios designados por ano, número de comissões provisórias designadas por ano, e média de dias de operação de CPs iniciadas em cada ano.

De acordo com a Tabela 3, é possível verificar que a quantidade de órgãos do Republicanos, a despeito de sua evolução nos anos analisados, está muito aquém de alcançar uma estrutura nacional, indicando que o Republicanos não é um partido com capilaridade. Esta não é, contudo, uma característica exclusiva do Republicanos, ao contrário: há grande disparidade entre os partidos com relação à sua distribuição no espaço (Guarnieri, 2011; Braga & Pimentel Jr., 2013; Mitio, 2017). Estruturas mais capilarizadas são características de partidos maiores e mais estabelecidos, como MDB, PT e PSDB, que

Tabela 3
Distribuição dos órgãos partidários do Republicanos

Ano	Número de municípios com algum órgão do Republicanos	Número de Diretórios	Número de CPs	Média de dias CPs *
2006	10	0	10	3901,8
2007	378	2	376	4197,3
2008	50	0	50	3962,8
2009	76	4	72	3508,1
2010	36	0	36	3248,7
2011	593	0	593	2832,3
2012	138	0	137	2495,0
2013	140	0	140	2197,4
2014	168	0	168	1897,0
2015	1326	0	1326	1478,5
2016	1116	1	1114	1225,6
2017	1314	193 ^T	1121	883,7
2018	527	7	520	650,5
2019	1495	2	1493	291,3

Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do TSE

* Para calcular a média de dias das CPs, utilizei i) o prazo de fim de vigência para o caso das CPs não vigentes e ii) a data de 28/07/2020 para as CPs vigentes (CPs com data de fim das atividades posterior a julho/2020 e status de vigência “Suspensão por não informar o número do CNPJ no prazo de 30 dias da anotação” não foram computadas na contagem). ^T O ano de 2017 parece apresentar uma anomalia nos dados de diretórios do partido Republicanos; segundo o banco, todos os 193 diretórios encontram-se nos estados do Piauí e Mato Grosso do Sul. Até o momento, não obtive resposta nem do partido nem do TSE sobre um possível erro nos dados.

dispõem do maior número de órgãos partidários e maior cobertura territorial, com redes de suporte local mais densas, o que lhes confere mais apoio, menor volatilidade e melhores resultados eleitorais. Entre partidos menores, a distribuição no território brasileiro é menos homogênea entre os estados.

A região Sudeste é o reduto do Republicanos. Esta afirmação não surpreende por dois motivos: primeiro, porque os maiores colégios eleitorais estão nessa região; depois, o Sudeste é também o reduto da IURD – onde a igreja foi fundada e segue mantendo o maior número de igrejas e de fiéis. Ao assumir que a associação entre igreja e partido é sólida, parece razoável pressupor que as redes dessas duas instituições se sobreponham. Minas Gerais e São Paulo são os estados com maior número de CPs: 1297 e 1275, respectivamente. Logo depois do Sudeste, a Bahia lidera os estados do Nordeste, e está em terceiro lugar no *ranking* nacional de estados com maior número de comissões do partido (ao todo, são 545). A Bahia é, depois de São Paulo e Rio de Janeiro, o estado com maior número de fiéis da IURD.

A principal característica que chama a atenção na estrutura do Republicanos é a predominância de Comissões Provisórias (CPs) em detrimento da criação de diretórios. As comissões representam 99,2% da estrutura do partido, uma das taxas mais altas em comparação aos partidos existentes e criados após 2006²⁵. O Republicanos iniciou suas atividades de forma tímida, quando contabilizou dez CPs no ano de 2006. Em 2007, após sua primeira disputa eleitoral, o Republicanos instituiu 377 novas comissões – mais de 30 vezes a quantidade lançada no ano anterior. Os períodos com maior número de aberturas de CPs precedem as eleições municipais, o que pode ser facilmente explicado pelas regras eleitorais: dessa forma, o partido pode concorrer a diversos pleitos locais, uma vez que passa a dispor de uma organização do partido – conforme requisito do TSE para concorrer às eleições.

A utilização de CPs em larga escala é prática comum entre os partidos brasileiros²⁶. Entretanto, parece haver uma relação entre o tamanho do partido e sua estrutura organizativa: quanto menor o partido, menor a probabilidade de este ter diretórios. O Republicanos não é, contudo, um partido nanico: há evidências

para crer que este seja um partido em ascensão eleitoral (Cerqueira, 2017), que paulatinamente se beneficia por compor a base de sucessivos governos desde sua concepção – o Republicanos compôs a base governista de Lula I e II, Dilma I e II, até o momento do *impeachment*, quando passou a apoiar Temer e ganhou um ministério. Isso o diferencia do grupo de partidos muito pequenos, enquanto sua estrutura partidária o torna distinto do grupo dos partidos médios.

Para exemplificar esta distinção com relação aos partidos médios, utilizo o Partido da República (PR) como comparação. Ambos são partidos nascidos da dissidência do PL; o Republicanos levou consigo os candidatos da IURD, enquanto o que restou do PL, após a sequência de escândalos, se aliou ao PRONA para criar a nova legenda. Por ser fruto de uma fusão de outros partidos, o PR carregou consigo uma trajetória política e bases eleitorais possivelmente herdadas de seus antecessores; logo, nasceu maior do que o Republicanos, embora atualmente venha perdendo espaço no cenário de grande fragmentação. Tanto o Republicanos quanto o PR apresentam um grande número de comissões provisórias em sua estrutura partidária. O PR dispõe de diretórios – embora estes não pareçam ser o *core* da organização, visto que sua maioria já foi dissolvida pelo partido. Enquanto o Republicanos faz uma escalada em número de CPs ao longo dos anos, o PR parece ter um período de estruturação (entre 2006 e 2010) até começar a designar diretórios em 2011. Desse ano em diante o PR lançou uma pequena quantidade de diretórios anualmente (chegando a 19 em 2015).

O tempo de vigência das CPs também é uma variável relevante para a análise, visto que sua duração reforça a ideia de utilização desses órgãos como estratégia de substituição – comissões de vida longa fazem, geralmente, as vezes de diretórios. Como o Republicanos é predominantemente composto por CPs, é possível observar que estas foram preenchendo, ano a ano, as lacunas da estrutura partidária até então inexistente. De acordo com seu estatuto²⁷, uma comissão deveria ser organizada e mantida pelo período de um ano, podendo ser reconduzida por igual período, até que fosse dissolvida (para a entrada ou não de um diretório, de acordo com a escolha da

Comissão Executiva Nacional). Na prática, as CPs têm duração média de 1956 dias, cerca de 5,3 anos. Nisso o partido é seguido apenas pelo PR, com média de 1850 dias de vigência das CPs, e pelo PSC, com 1799 dias em média.

Dessa forma, as lideranças partidárias conseguem manter o controle sobre sua máquina, uma vez que não há divisão de poder entre caciques locais. Eventualmente, para o caso de comissões de maior duração, é possível que essas sejam lideradas por uma liderança local forte, mas sob duas condições: i) a liderança deve ser vinculada à igreja, ou indicada por ela, como é o caso da CP da cidade de São Paulo, liderada pelo Bispo Atílio; e ii) sua autoridade está limitada ao período de funcionamento da CP, a fim de garantir que decisões sejam tomadas exclusivamente pela cúpula do partido. A fim de averiguar essas premissas, a próxima seção traz uma análise sobre quem são os dirigentes partidários em nível nacional. Para as esferas estadual e municipal, concentrei esforços nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como sobre suas capitais, visto que estes são os maiores redutos eleitorais do Republicanos e, concomitantemente, os principais redutos de fiéis da IURD no Brasil.

Dirigentes partidários

Chama a atenção o fato de o pastor Vitor Paulo Araújo dos Santos ser o requerente do registro do partido ao qual a mídia se refere como sendo o partido da igreja a qual o pastor pertence: a Universal. De forma isolada, este fato não seria suficiente para inferir sobre a relação entre as duas instituições, visto que o pastor Santos poderia ter ambições políticas desvinculadas de sua orientação religiosa. Isso justificaria seu interesse em participar ativamente na política – não apenas concorrendo a pleitos como candidato, mas criando seu próprio partido. Contudo, não parece crível que um indivíduo tenha fôlego para criar e, principalmente, manter um partido político, um organismo que requer esforços múltiplos – de ordem financeira e organizacional.

Por isso, seria razoável assumir que há outros integrantes com interesses similares na organização do partido – justificando a empreitada. Seria também

possível inferir que uma organização partidária que tem ambições, quaisquer que sejam estas, precisa eleger seus candidatos. A obtenção de cadeiras é garantia de tempo de horário eleitoral e fundo partidário; pode também assumir a forma de confirmação da base eleitoral, refletindo a capacidade de mobilização da máquina partidária. O tipo de ambição do partido é o que determina as estratégias adotadas, a escolha dos cargos a serem pleiteados (majoritários ou proporcionais) e a quantidade ótima de cadeiras a serem obtidas.

O partido precisa controlar toda a engrenagem da sua máquina para que esta funcione de forma efetiva. Sem organização, tornar um partido competitivo em um sistema altamente fragmentado pode ser uma árdua tarefa. Por isso, a profissionalização dos partidos é condição para a eficácia de suas estratégias. A centralização de poder deriva do grau de profissionalização da política e dos partidos, segundo descreve o professor da Fundação Getúlio Vargas, Cláudio Couto, em sua coluna de opinião²⁸ para o jornal Estadão. Panebianco (1988) argumenta que o controle exercido pela elite partidária é a chave do sucesso de um partido, enquanto Guarnieri (2009) sugere que partidos com poder mais centralizado têm mais capacidade de organização e coordenação dos recursos disponíveis.

Conhecer a composição do grupo dirigente é, para Couto, “o que realmente importa no funcionamento dos partidos e na definição dos reais interesses por eles defendidos”. Couto levantou, em 2012, dados sobre os dirigentes do Republicanos, observando a composição da Executiva Nacional e a presidência dos órgãos estaduais. Como resultado, concluiu que não há como ignorar os vínculos existentes, uma vez que 55% da Executiva Nacional do Republicanos e 85% dos dirigentes estaduais são ligados à Igreja Universal ou à Rede Record.

Ampliei a pesquisa realizada por Couto e analisei a composição dos órgãos partidários do Republicanos entre 2006 a 2019, nas seguintes esferas: Comissão Executiva e Diretório Nacional. Os dados sobre composição dos órgãos partidários, disponibilizados de forma pública pelo TSE, foram compilados nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4
Proporção de dirigentes partidários com vínculos iurdianos na Comissão Executiva (2006-2019)

Comissão Executiva			
Ano	Quantidade de membros	Vínculos iurdianos	% Vínculos iurdianos
2006	20	12	60%
2009	22	11	50%
2011	23	14	61%
2015	21	15	71%
2019	22	14	63%
Total	108	66	61%

Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do TSE.

Tabela 5
Proporção de dirigentes partidários com vínculos iurdianos no Diretório Nacional (2006-2019)

Diretório Nacional			
Ano	Quantidade de membros	Vínculos iurdianos	% Vínculos iurdianos
2009	68	37	54%
2011	67	43	64%
2015	68	49	72%
2019	71	47	66%
Total	274	176	64%

Fonte: Elaboração própria – a partir de dados do TSE.

Adotei os seguintes critérios de busca no processo de pesquisa de cada membro: i) nome do indivíduo; ii) nome do indivíduo + “Republicanos”; iii) nome do indivíduo + “Igreja Universal”; iv) nome do indivíduo + “Record”. Cada um desses critérios representava uma rodada de pesquisa, ou seja, quando informar apenas o nome do candidato não retornava resultados significantes, a segunda rodada consistia em adicionar o termo “Republicanos” (ou “PRB”) para fins de refinamento – e assim por diante, até esgotar as possibilidades de pesquisa. Qualquer *website* contendo informação referente ao indivíduo pesquisado foi considerado. As informações foram predominantemente encontradas nos verbetes biográficos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV) e em matérias de jornal e perfis de deputados ou vereadores nas respectivas Câmaras, o que garante confiabilidade aos resultados obtidos. Além dessas fontes, páginas de perfil em redes sociais (como *Facebook*) também foram consultadas.

Para classificar o vínculo dos integrantes das comissões com a Universal, Rede Record ou alguma outra empresa do conglomerado, apenas informações explícitas sobre vínculos foram consideradas. Para os casos em que a única informação disponível sobre o pesquisado estava contida em alguma rede social, considerei a auto declaração como parâmetro.

Dos cinco mandatos da Comissão Executiva e dos quatro mandatos do Diretório Nacional do Republicanos, desde sua fundação até 2019, foram identificados 188 registros únicos²⁹. Destes, 96 foram identificados como tendo alguma ligação com a Igreja Universal ou alguma de suas organizações (cerca de 51,1%). As Tabelas 4 e 5 abaixo apresentam as proporções de dirigentes vinculados à IURD entre 2006 e 2019:

A partir desse levantamento, é possível destacar que mais da metade (na média, 62%) dos indivíduos que ocupam cargos mais importantes dentro da Comissão Executiva e Diretório Estadual (presidentes, vice-presidentes, secretário-geral e líderes da Câmara ou Senado) pertencem à alta cúpula da igreja e organizações vinculadas à IURD.

Isso quer dizer que a hierarquia dos órgãos partidários do Republicanos segue uma lógica de ocupação de cargos de indivíduos “mais importantes” para indivíduos “menos importantes”: os componentes das esferas mais elevadas são personalidades facilmente encontradas em pesquisas tal como a realizada, sugerindo que se trata de personas mais midiáticas e com algum grau de relevância no âmbito que lhes compete – por exemplo, o diretor da Record, Roberto Wagner Monteiro, membro da Comissão Executiva por quatro mandatos consecutivos, desde a criação do Republicanos. Monteiro foi presidente do Conselho Político por dois mandatos consecutivos, e agora exerce a função de Segundo Vice-Presidente (até 2019).

Casos semelhantes e ainda mais interessantes podem ser citados. Vitor Paulo Araújo dos Santos, “criador” do partido e renomado bispo da Universal, foi presidente da Comissão Executiva entre 2006 e 2011, quando foi eleito deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro. A partir de então, assume em seu lugar Marcos Antônio Pereira, que era presidente do Diretório Nacional. Pereira também é bispo

(licenciado) da Universal. Vale lembrar que, na estrutura da IURD, os bispos são o cargo mais alto da hierarquia, abaixo apenas do Bispo Macedo, líder máximo da instituição. Em 2016, Pereira se afastou do cargo de presidente do Republicanos pois assumiu o cargo de Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços no governo de Michel Temer, onde permaneceu até janeiro de 2018. Marcos Pereira chegou a ser um nome cogitado para Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), mas foi descartado devido à sua filiação religiosa, que poderia vir a causar comoção entre a comunidade científica. Outra figura recorrente no quadro da Comissão Executiva é Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo e atual prefeito do Rio de Janeiro (2017-2020), que aparece como líder no Senado desde 2006. A Comissão Executiva, conhecida como a cúpula do partido, no caso do Republicanos, é composta pela elite iurdiana.

A natureza dos vínculos é diversificada: grande parte dos vínculos identificados é composta por pastores e bispos da IURD. Mas os vínculos identificados também tratam de diretores da Record e diretores de outras instituições vinculadas a Universal, como a Associação Beneficente Cristã (ABC), que é a principal organização de assistência social da igreja, operando inclusive em alguns países da África; a Escola Bíblica Infante-juvenil (EBI) e a Livraria Cultura Universal, além de radialistas, fiéis, esposas de personalidades importantes como Marcos Pereira, apresentadores da Record, como é o caso de Celso Russomanno.

Bispos e diretores da Record estão concentrados em cargos nas esferas nacionais. Essa constatação conduz ao segundo ponto observado: os dados parecem corroborar a ideia de que os membros das esferas superiores (Comissão Executiva e Diretório Nacional) são personalidades mais conhecidas por sua trajetória anterior. Portanto, a IURD parece escolher indivíduos importantes em sua hierarquia para alocar na cúpula de seu partido. Esta seria uma forma de garantir a hegemonia da igreja, sua liderança e seu propósito dentro do partido.

Uma curiosidade acerca das indicações da igreja incide sobre os ministérios ocupados pelo Republicanos: todos eram ligados à igreja, fossem bispos, ou membros de destaque dentro da instituição – Marcelo Crivella

foi ministro da Pesca e Aquicultura no governo Dilma (2012-2014), sucedido por Eduardo Lopes (2014-2015) para que pudesse concorrer ao governo do Rio de Janeiro. Lopes é pastor licenciado da IURD e ex-apresentador de programas religiosos na TV. Também dirigiu jornal e gráfica pertencentes à igreja, além de ter sido presidente da ABC. O Republicanos também ocupou a pasta dos Esportes entre 2015 e 2016, com o pastor e radialista George Hilton. Marcos Pereira, o principal responsável por articular o rompimento do partido com o governo Dilma, foi escolhido por Temer para ocupar o cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2016-2018).

Uma breve análise sobre as Comissões Provisórias estaduais e municipais mostra que estas não parecem manter o mesmo padrão e estrutura do observado na Comissão Executiva e no Diretório Nacional. A disposição de membros da IURD nas CPs estaduais depende da presença do partido em cada estado. Estados com maior número de CPs apresentam também maior número de membros iurdianos em sua composição. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro chegam a ter mais de 60% da CP estadual composta por integrantes da IURD ou instituição vinculada.

As CPs municipais dispõem de poucos membros e quase não há registros disponíveis sobre eles – uma estrutura muito distinta do padrão. Indivíduos menos conhecidos podem, entretanto, ter importância em âmbito local – mesmo esta não sendo captada por veículos de mídia e redes sociais. Dentre as capitais brasileiras, duas cidades se destacam: novamente, São Paulo e Rio de Janeiro. O que se pode analisar a partir dessas duas observações é que as comissões carioca e paulistana são compostas por um membro da confiança da igreja e por membros menos proeminentes na estrutura eclesial (ou mesmo de fora da igreja). Esta parece uma forma de a igreja manter as rédeas dessas agremiações em territórios importantes para o partido.

Como exemplo, o caso da comissão provisória municipal paulistana, que foi instituída em 2007, mas já foi dissolvida e reativada diversas vezes pelo partido. Sua primeira versão teve duração de dois anos e cinco meses e tinha como membro apenas Atilio Francisco da Silva, que é Bispo da IURD. O segundo

período da comissão durou três meses; o terceiro, mais dois anos e cinco meses, até que em 2012, o prazo de vigência foi declarado indeterminado, Bispo Atílio³⁰ continua compondo a comissão – até o fim de 2011, na posição de Presidente; a partir de 2012, como secretário-geral. Atílio Francisco é vereador em São Paulo pelo 4º mandato consecutivo.

A presença de Bispo Atílio como membro permanente na comissão sugere a imagem de homem da igreja na organização – um ente de confiança em uma unidade partidária que, embora não tenha autonomia, requer um acompanhamento estratégico – para monitorar o grupo, realizar alianças e acertos políticos. Indivíduos pertencentes a camadas mais baixas na hierarquia da igreja, teoricamente menos propensos a insubordinação visto que não encontram forças que os apoiem dentro da estrutura iurdiana, desempenham funções de cunho mais burocrático.

A ideia de manter um partido estruturado apenas por meio de comissões provisórias segue a mesma linha da organização adotada pela IURD. Ao manter subunidades dependentes, a igreja e o partido garantem a centralidade da instituição, mantendo o poder concentrado. Portanto, compor as comissões provisórias de membros subalternos é um dos mecanismos garantidores dessa condição. Um pastor insatisfeito com a instituição pode optar por deixar a igreja e reestruturar sua trajetória religiosa. Um membro do alto escalão da igreja, por outro lado, dispõe de recursos para fazer frente à liderança de Macedo.

Ao alocar esses membros do alto escalão na cúpula do partido, enquanto membros do baixo clero ocupam os cargos disponíveis nas comissões provisórias, a IURD parece aplicar ao partido o mesmo tipo de estrutura utilizada na igreja. As comissões provisórias, por sua vez, são organismos sem grande grau de autonomia, submetidos aos comandos advindos das esferas superiores, servindo como ferramenta de centralização de poder.

Considerações finais

Este artigo investigou como a Igreja Universal do Reino de Deus instrumentalizou sua atuação política ao criar seu próprio partido, o Republicanos.

Embora a relação entre a igreja e o partido não seja novidade, este artigo contribui com a escassa literatura que busca sistematizar a relação entre as duas organizações, ao abordar a natureza das relações entre IURD e partido sob dois principais aspectos: i) a organização do partido e ii) a composição da liderança partidária. As principais hipóteses desta pesquisa consistem 1) no argumento de que a coalizão dominante do Republicanos é composta pela cúpula da igreja, e 2) que a estrutura composta por comissões provisórias (CPs) reforça a concentração de poder da coalizão dominante. Assim, a IURD garante seu poder ao ocupar os principais postos da direção do partido, assegurando uma estrutura hierárquica do partido da mesma forma que ocorre em sua estrutura eclesial. Ao ocupar cadeiras importantes na direção do partido, a IURD restringiria a formação de lideranças partidárias ao dispor majoritariamente de comissões provisórias no corpo organizativo do partido como forma de garantir sua centralização decisória. Para tanto, foram analisados os dados sobre organização partidária (ou seja, os órgãos de direção e ação partidária, representados pelos diretórios e comissões em suas diferentes esferas, além as comissões executivas nacionais) e composição desses órgãos.

A partir desta análise foi possível observar que, mesmo após mais de dez anos de atuação, o Republicanos ainda é composto apenas por comissões provisórias e sua executiva nacional. É verdade que o Republicanos não é o único partido a adotar esta estratégia de organização – comum aos partidos menores. A ideia de manter um partido estruturado apenas por meio de comissões provisórias segue a mesma linha da organização adotada pela IURD: ao manter subunidades dependentes, a igreja garante a centralização da instituição, mantendo seu poder concentrado, tal como ocorre na estrutura da igreja.

A estratégia de compor a cúpula do partido com membros da igreja ou instituições vinculadas à IURD corrobora a ideia de que a igreja opera o partido. Utilizando conceitos de Panebianco (1988), pode-se dizer que, no caso do Republicanos, o poder organizativo emana da igreja, que já não se trata de uma instituição externa, mas sim de uma instituição imiscuída no próprio partido.

Há, para os casos observados, um padrão no que tange as nomeações: órgãos mais relevantes na estrutura contam com indivíduos mais importantes na estrutura da igreja/grupo de Macedo, enquanto as CPs parecem não dispor de grandes nomes em sua composição. A IURD parece aplicar ao partido o mesmo tipo de estrutura utilizada na igreja, ao alocar esses membros do alto escalão na cúpula do partido, enquanto membros do baixo clero ocupam os cargos disponíveis nas comissões provisórias. As comissões provisórias são organismos sem grande grau de autonomia, submetidos aos comandos advindos das esferas superiores, servindo como ferramenta de centralização de poder.

Portanto, compor as comissões provisórias com membros subalternos é um dos mecanismos garantidores dessa condição de concentração de poder decisório, especialmente no nível local, onde as lideranças podem se tornar caciques com autonomia. O mecanismo por trás desse raciocínio consiste na seguinte lógica: enquanto um pastor insatisfeito com a instituição pode optar por deixar a igreja e reestruturar sua trajetória religiosa, um membro do alto escalão da IURD dispõe de recursos para fazer frente à liderança de Macedo. Como recurso, entende-se conhecimento mais aprofundado acerca do funcionamento da igreja, por exemplo, ou qualquer outro elemento que possa ameaçar a hegemonia iurdiana.

Por fim, este artigo ajuda a elucidar os mecanismos pelos quais a IURD opera seu partido. É importante ressaltar que os meios utilizados são convenientes, na medida em que não tornam evidente a relação entre as instituições, permitindo que a negativa de seus membros seja, em certa medida, crível – a despeito da publicização realizada pela mídia. Essas evidências, por sua vez, apontam para o grau de profissionalização política da IURD. Essas, contudo, não são suficientes para escassear o tema, reforçando a necessidade de pesquisas futuras que componham esta grande fotografia chamada “evangélicos na política”.

Agradecimentos

Agradeço aos pareceristas anônimos, ao grupo de pesquisa do CEPESP e aos debatedores do GT Partidos e Sistemas Partidários da ANPOCS pelos

comentários e sugestões que possibilitaram desenvolver este artigo.

Notas

- 1 A despeito da complexidade que envolve a gênese, os desdobramentos e questões teológicas e de identidade relacionada às vertentes “Evangélica”, “Pentecostal” e “Protestante”, assumirei todas como sinônimos, adotando a nomenclatura “evangélico” para fins de simplificação.
- 2 No plano teológico, o neopentecostalismo caracteriza-se por enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo, por pregar a Teologia da Prosperidade, e por rejeitar usos e costumes de santidades pentecostais (Mariano, 2004, p. 124).
- 3 Respectivamente: líder da IURD; “R. R. Soares”, como é conhecido o atual líder da Igreja Internacional da Graça de Deus; o ex-Bispo Carlos Rodrigues, que por anos foi coordenador político da Universal; sobrinho de Macedo e atual prefeito do Rio de Janeiro.
- 4 Ver pesquisa do instituto Kantar Ibope: <http://telepadi.folha.uol.com.br/3-de-cada-5-assinantes-de-tv-paga-preferem-tv-aberta/>.
- 5 A IURD não divulga a maioria dos negócios empreendidos pela instituição. O conhecimento acerca de suas empreitadas fica a cargo de investigações jornalísticas e acadêmicas. Não foi diferente com relação a seu envolvimento na política. Este foi, aos poucos, sendo desvendado a partir de estudos sobre a presença dos evangélicos na Constituinte (Pierucci, 1987; Pierucci & Mariano, 1992; Freston, 1993) e, com o aumento do interesse sobre o tema, pesquisadores e jornalistas se debruçaram sobre a crescente participação das igrejas na arena política, até chegar na Universal (Oro, 2003, 2006; Mariano, 2004; Braga, 2008; Almeida, 2009; Gutierrez, 2014; 2017; Lacerda, 2016, 2017, 2018; Cerqueira, 2017; Tuñón, 2017).
- 6 Digo “marco histórico” porque, embora já houvesse políticos religiosos na arena política anterior ao momento da Constituinte, este foi o momento em que houve uma participação massiva, de diversas denominações, em defesa de seus interesses, como descrito no parágrafo.
- 7 O primeiro deputado eleito pela IURD foi Roberto Augusto Lopes, filiado ao PTB-RJ. Ex-jogador de futebol, foi um dos indivíduos que ajudou a fundar a IURD; posteriormente, tornou-se pastor e bispo da mesma denominação. Ficou sem base eleitoral após romper relações com Edir Macedo (Freston, 1993, p. 188).

- 8 Candidatos eleitos continuam sob a supervisão do Conselho dos Bispos, que costuma monitorar a frequência de comparecimento, bem como o conteúdo dos discursos e sua votação no Congresso. Esta é a forma de a igreja avaliar se o incumbente deve ser relançado. Caso sua atuação na Câmara seja insatisfatória, esse indivíduo será cortado do quadro de candidatos na próxima eleição. Este monitoramento constante é um dos reflexos da forte liderança da IURD.
- 9 Esta coordenação territorial se torna um problema para uma organização fragmentada como a Assembleia de Deus, possivelmente refletindo na redução de sua eficácia política (Cerqueira, 2017).
- 10 Isso não se deve apenas ao lançamento de candidatos próprios aos pleitos: é o poder sistêmico (econômico, religioso, midiático e político) da IURD que a torna um ator importante no cenário político, econômico e social brasileiro.
- 11 Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0..OI454561-EI306.00-Igreja+Universal+cria+novo+partido.html>
- 12 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u66659.shtml>.
- 13 Os registros do partido no TSE podem ser encontrados aqui: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partido-republicano-brasileiro>.
- 14 A quantidade de assinaturas necessárias, segundo o TSE, corresponde a 0,5% dos votos – baseado na última eleição para Deputado – sem contabilizar brancos e nulos (<http://chimera.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234652015.htm>).
- 15 Para mais detalhes sobre a gênese do Republicanos, ver Gutierrez (2017).
- 16 São Paulo não aparece na lista de estados nos quais o PRB disputou eleições. Há, contudo, uma controvérsia do TSE a esse respeito: consta, em *hotsite* das eleições 2016, uma lista de candidatos do Republicanos em São Paulo, mas, em seu repositório de dados, esses candidatos não aparecem nem no banco de dados de candidatos nem no banco referente ao resultado da votação por seção eleitoral. Logo, estes foram desconsiderados da análise.
- 17 Exemplos de declarações podem ser verificados aqui: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/prb-de-russomanno-tem-66-dos-dirigentes-ligados-a-universal.9cb99782ac66b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html> e aqui: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-07-15/voz-da-universal-no-congresso-prb-quer-dobrar-numero-de-prefeitos-e-mira-2014.html>.
- 18 Em seu estatuto, o PRB “defende a liberdade de crença e a liberdade de culto. Ninguém deve ser preterido ou preferido em função de sua opção religiosa” (Estatuto do Partido Republicano Brasileiro – PRB, versão julho de 2017, p. 3).
- 19 O que comumente chamamos no Brasil de “evangelismo” é, na verdade, uma simplificação que engloba denominações de diferentes vertentes. Na prática, um partido evangélico não é viável porque não existe homogeneidade neste grupo. Ver Borges (2007) para uma discussão mais alongada nesse tema.
- 20 Ver Panebianco, 1988; Katz & Mair, 1992.
- 21 De acordo com Panebianco (1988), as zonas de incertezas vitais consistem nos “fatores cujo controle permite que determinados agentes desequilibrem a seu favor jogos de poder” (p. 65): competência, gestão das relações com o ambiente, comunicações internas, financiamento da organização e recrutamento.
- 22 Lei Orgânica dos Partidos: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4740.htm.
- 23 Segundo a classificação de Mitio (2017), os maiores partidos são: DEM, PDT, PMDB, PP, PSDB, PT, PTB.
- 24 <https://oglobo.globo.com/brasil/partidos-abusam-de-comissoes-provisorias-em-diretorios-regionais-20912730>
- 25 Apenas o PMN e o PRP superam o PRB em relação à proporção de CPs. Embora o PATRIOTAS também supere o Republicanos em proporção de CPs, este não foi computado devido a ter sido criado em 2012, sendo considerado um partido novo e ainda em fase de estruturação.
- 26 Ver Cervi & Borba (2019), disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522019000100065#t1
- 27 O estatuto do partido pode ser acessado em: <https://www.prb10.org.br/estatuto/>.
- 28 Disponível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral.russomanno-o-catolico-imp-.932142>.
- 29 Isto é, cada indivíduo é contabilizado apenas uma vez, independentemente de ter participado de mais de um mandato em algum (os ambos) os órgãos partidários.
- 30 Bispo Atílio também foi Vice-Presidente na Comissão Provisória Estadual de São Paulo no período de 2009 a 2010.

REFERÊNCIAS

Almeida, Ronaldo de. (2009). *A Igreja Universal e seus demônios - um estudo etnográfico*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

- Baldwin, Kate. (2014). "When Politicians Cede Control of Resources: Land, chiefs and coalition-building in Africa". *Comparative Politics*, 46(3), 253–271.
- Boas, Taylor. (2013). Serving God and Men: Evangelical Christianity and electoral politics in Latin America. *Paper presented at the annual meeting of the APSA*, Chicago. IL.
- Boas, Taylor. (2014). Pastor Paulo vs. Doctor Carlos: Professional titles as voting heuristics in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, 2, 39–72.
- Boas, Taylor. & Smith, Amy E. (2013). Religion and the Latin American Voter. In R. Carlin & L. Singer & Matthew; Zechmeister (Orgs.). *The Latin American Voter*.
- Borges, Tiago D. P. (2007). Representação partidária e a presença dos evangélicos na política brasileira. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo. 162p.
- Braga, Danilo F. (2008). Pentecostalismo e Política: uma geografia eleitoral dos candidatos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no município do Rio de Janeiro - 2000 a 2006. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 125p.
- Braga, Maria do Socorro & Pimentel Jr., Jairo. (2013). Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. *Cadernos Adenauer*, XIV, n° 10.
- Cerqueira, Claudia. (2017). Igreja como partido: coordenação eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus. Tese de Doutorado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getulio Vargas. 149p.
- Cerqueira, Claudia, & Tuñón, Guadalupe. (2019). Religious regulation in Brazil. In *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. (p. 1–20). Oxford: Oxford University Press.
- Cervi, Emerson U., & Borba, Felipe. (2019). Os diretórios partidários municipais e o perfil sociodemográfico dos seus membros. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (28), 65-92.
- Cheibub, José. A., & Sin, Gisela. (2014). Order in Chaos Intra Party Coordination in Open List PR Systems. In *72nd Annual Midwest Political Science Association Conference* (p. 1–18), Chicago.
- Cox, Gary W. (1997). *Making Votes Count: Strategic coordination in the world's electoral systems*. Cambridge University Press.
- Cox, Gary W. (1999). Electoral Rules and Electoral Coordination. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 2, 145–61.
- Cox, Gary W. & Thies, Michael F. (1998). The Costs of Intraparty Competition: SNTV and money politics in Japan. *Comparative Political Studies*, 31(3), 267–291.
- Dancygier, Rafaela M. (2014). Electoral Rules or Electoral Leverage? Explaining Muslim representation in England. *World Politics*, 66(2), 229–263.
- Fonseca, Alexandre B. (2008). Religion and Democracy in Brazil: A study of the leading evangelical politicians. In P. Freston (Org.). *Evangelical Christianity and Democracy in Latin America* (p. 163–204). Oxford: Oxford University Press.
- Freston, Paul. (1993). Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. 308p.
- Grzymala-Busse, Anna (2015). *Nations Under God: How churches use moral authority to influence policy*. Princeton University Press.
- Guarnieri, Fernando. (2009). A força dos "partidos fracos" - um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo. 189p.
- Guarnieri, Fernando. (2011). A força dos partidos "fracos". *Dados*, 54(1), 235–258.
- Gutierrez, Carlos. (2014). A Igreja Universal e o Partido Republicano Brasileiro: conflitos em torno do secularismo. In *29a RBA - Reunião Brasileira de Antropologia: Diálogos Antropológicos Expandindo Fronteiras*, 1–19.
- Gutierrez, Carlos. (2017). A reflexividade evangélica a partir da produção crítica e construção de projetos de vida na Igreja Universal do Reino de Deus. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. 387p.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). Censo Demográfico - 2010. Rio de Janeiro: IBGE.
- Katz, Richard S. (2001). The Problem of Candidate Selection and Models of Party Democracy. *Party Politics*, 7(3), 277–296.
- Katz, Richard S., & Mair, Peter, eds (1992) *Party Organizations: A Data Handbook on Party Organizations in Western Democracies, 1960-90*. Londres: Sage.
- Lacerda, Fabio. (2016). Evangelicals, Pentecostals and Political Representation in Brazilian Legislative Election (1998-2010). *RBCS*, 32(93), 1–23.
- Lacerda, Fabio. (2017). Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo. 144p.
- Lacerda, Fabio. (2018). Assessing the Strength of Pentecostal Churches' Electoral Support: Evidence from Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, 10(2), 3–40.
- Machado, Maria das Dores C. (2006). *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV.
- Mariano, Ricardo. (2004). Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, 18(52), 121–138.
- Mariano, Ricardo. (2007). Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 3(1), 111.
- Mitio, Bruno. (2017). A organização partidária nos municípios brasileiros. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. 84p.
- Oro, Ari P. (2003). Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Civitas*, 3(1), 97–109.
- Oro, Ari P. (2006). A Igreja Universal e a política. In J. A. Burity & M. das D. C. Machado (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil* (p. 119–145). Recife: Ed. Massangana.
- Panbianco, Angelo. (1988). *Political Parties: Organization and power*. Cambridge University Press.
- Pierucci, Antônio F. (1987). As bases da nova direita. *Novo Estudos CEBRAP*, (19), 26–45.
- Pierucci, A. F. & Mariano, R. (1992). O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor: força eleitoral? *Novos Estudos Cebrap*, (34), 92–106.
- Prandi, Reginaldo, Santos, R. W. dos, & Bonato, M. (2019). Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. *Revista USP*, (120), 43–60.
- Scarrow, Susan. (1996). *Party and Their Members: Organizing for Victory in Britain and Germany*. Oxford University Press.
- Scarrow, Susan. (2005). *Political Parties and Democracy in Theoretical and Practical Perspectives: Implementing intra-party democracy*. National Democratic Institute for International Affairs.
- Scarrow, Susan, Webb, Paul D., & Poguntke, Thomas. (2017). *Organizing Political Parties: representation, participation, and power*. Oxford University Press.
- Smith, Amy E. (2018). Religion, Politics, and the Secular State. In: Ames, B. (editor). *Routledge Handbook on Brazilian Politics*. Taylor & Francis.
- Tuñón, Guadalupe. (2017). When the Church Votes Left: How progressive religion hurts gender equality. In *113th APSA Annual Meeting*, San Francisco, CA.
- Warner, Carolyn M. (2000). *Confessions of an Interest Group*. Princeton University Press.

**IGREJA COMO PARTIDO: A
RELAÇÃO ENTRE A IGREJA
UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
E O REPUBLICANOS**

Claudia Cerqueira

Palavras-chave: Igreja Universal do Reino de Deus; Republicanos; estratégia eleitoral; evangélicos; organização partidária.

Como a organização partidária do Republicanos reflete a relação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) sobre o partido? A IURD foi a primeira igreja pentecostal a lançar seus próprios candidatos oficiais – inicialmente em partidos diversos, até o surgimento do Republicano que, desde sua criação, é sondado como sendo o partido da igreja. Nesta pesquisa apresento evidências que formalizam a relação entre as instituições a partir de duas hipóteses: 1) a coalizão dominante do Republicanos é composta pela cúpula da igreja; e 2) a estrutura composta por comissões provisórias (CPs) reforça concentração de poder da coalizão dominante. A análise está dividida em duas partes: na primeira parte descrevo a atuação política da IURD, enquanto na segunda apresento a organização partidária do Republicanos. Como principais resultados, destaco como a organização do partido garante o controle da igreja sobre o Republicanos, a partir dos seguintes mecanismos: com a ampla utilização de comissões provisórias no lugar de diretórios, a igreja evita a formação de lideranças locais “de fora”, enquanto a cúpula do partido, predominantemente composta por indivíduos ligados à IURD, garante aos membros da igreja poder na tomada de decisão do partido.

**THE CHURCH AS A PARTY:
THE RELATIONSHIP BETWEEN
THE UNIVERSAL CHURCH OF
THE KINGDOM OF GOD AND
REPUBLICANS**

Claudia Cerqueira

Keywords: Universal Church of the Kingdom of God; Republicanos; electoral strategy; evangelicals; party organization.

How does the Republicanos' party organization reflect the relationship of the Universal Church of the Kingdom of God (UCKG) to the party? The UCKG was the first Pentecostal church to launch its own official candidates, initially in different parties, until the emergence of the Republican party who, since its creation, has been polled as the church party. In this research, I present evidence that formalizes the relationship between institutions based on two hypotheses: 1) the dominant coalition of Republicanos is composed of top church tier; and 2) the structure composed of provisional commissions (PCs) reinforces the concentration of power in the dominant coalition. The analysis is divided into two parts: in the first, I describe the political activities of the UCKG, while in the second I present the party organization of the Republicanos. As the main results, I highlight how the party organization guarantees the church's control over the Republicanos, using the following mechanisms: with the widespread use of provisional commissions instead of directories, the church avoids the formation of local leaders “from outside”, while the top party tier, predominantly composed of individuals linked to the UCKG, guarantees church member power in party decision-making.

**L'ÉGLISE EN TANT QUE PARTI
POLITIQUE: LA RELATION
ENTRE L'ÉGLISE UNIVERSELLE
DU ROYAUME DE DIEU ET LES
RÉPUBLICAINS**

Claudia Cerqueira

Mots-clés: Église universelle du royaume de Dieu; Républicains ; Stratégie électorale; Évangéliques; Organisation partisane.

Comment la relation entre l'Église universelle du royaume de Dieu (EURD) et le parti Républicain se reflète-t-elle sur l'organisation de ce parti ? L'EURD a été la première église pentecôtiste à présenter ses propres candidats – d'abord dans différents partis jusqu'à l'apparition du parti Républicain, considéré comme la branche politique de l'église. Cette recherche présente le lien entre les institutions à partir de deux hypothèses: 1/ la coalition dominante du parti Républicain est composée par la direction de l'église ; 2/ les commissions provisoires de la structure renforcent la concentration de pouvoir de la coalition dominante. L'analyse se penche dans un premier temps sur l'activité politique de l'EURD et, dans un deuxième temps, sur l'organisation partisane des Républicains. Les résultats montrent que l'organisation du parti garantit le contrôle de l'église sur les Républicains, et ce, à partir des mécanismes suivants: en privilégiant les commissions provisoires plutôt que les comités d'administration, l'église évite la formation de *leaderships* locaux « de l'extérieur ». Et ainsi la direction du parti, constituée majoritairement d'individus reliés à l'église, assure aux membres de cette église un pouvoir au niveau de la prise de décisions.